

O ENCONTRO LUSO-CHINÊS EM MACAU

Wu Zhiliang

I. AS NAVEGAÇÕES DO ALMIRANTE ZHENG HE

A comunicação externa da China, nos tempo antigos, traçou um percurso composto por quatro etapas. A primeira, ainda nos tempos anteriores à Dinastia Qin (221-206 a.C.) e considerada a etapa de iniciação, foi marcada pela viagem do navegador Xu Fu ao Japão; a segunda, aliás a de desenvolvimento, decorrida da Dinastia Han (206 a.C.-220) até aos meados da Dinastia Tang (618-907), revelou-se pela viagem do missionário da Dinastia Han descrita nos «Anais Han — Registo Geográfico», pelo contacto efectuado em 26 de Qin Lun (comerciante romano, de acordo com as fontes antigas chinesas, cujo nome original se desconhece) com Sun Quan, soberano do Reino Wu da China, e pela viagem marítima de regresso de Fa Xian, em 399, de Sri Lanka a Qingtao (província de Shangdong) após a sua chegada por via terrestre à Índia, bem como pelas viagens marítimas até à costa do Golfo Pérsico e da Península Árabe, realizadas na Dinastia Tang, que inauguraram a chamada grande Época de Intercâmbio Sino-árabe nos séculos VII-XII. A terceira etapa, a de prosperidade, decorreu na primeira metade da Dinastia Ming (1368-1644), altura em que o grande navegador chinês, o Almirante Zheng He, efectuou com sucesso sete navegações, atravessando uma vasta área marítima em que ainda se desconhecia a presença europeia. Finalmente, a quarta e última etapa, designada a de decadên-

* Doutorando em História pela Universidade de Nanjing. Vogal do Conselho de Gestão da Fundação Macau.

cia, iniciou-se com a conclusão das navegações do Almirante Zheng He e a época antecedente da vinda dos portugueses, terminando a invasão à China pelas Potências Ocidentais durante a Guerra do Ópio, por via marítima.¹

A ligação externa da China, predominantemente terrestre até a Dinastia Tang, começou a ser substituída pelas navegações marítimas a partir da Dinastia Song do Norte (960-1127), por excelência da Dinastia Song do Sul (1127-1279), e atingiu o seu momento mais alto na Dinastia Yuan (1206-1368). A opção pelas navegações marítimas baseava-se, principalmente, nas seguintes razões:

a) A mudança para o sul dos centros económicos, suscitada pelo crescente desenvolvimento das economias do Delta do Rio Yangtsé e das regiões costeiras do Sudeste da China, proporcionou pressupostos materiais para o desenvolvimento da ligação externa;

b) Os êxitos obtidos na ciência e tecnologia, o aperfeiçoamento das técnicas de fabrico dos navios, nomeadamente a aplicação generalizada da bússola nas navegações, forneceram garantias técnicas para o desenvolvimento da ligação externa;

c) O aumento do peso das viagens marítimas em relação às terrestres promoveu o desenvolvimento do comércio externo implicando profundas mudanças na ligação da China com o mundo exterior.²

A crise económica nos primeiros anos a seguir à fundação da Dinastia Ming, originada pela guerra e distúrbios com a mudança das dinastias, fez o imperador-fundador de Ming, Zhu Yuanzhang, adoptar uma série de medidas de incentivação económica, que conseguiu recuperar com sucesso, num período de 30 anos, a economia nacional fazendo-a atingir, já no Reinado de Yongle (1403-1424), a sua plena prosperidade. Deste desenvolvimento económico resultou, como indicaram muitos consagrados historiadores, uma profunda alteração na política externa do Império: a política de matriz defensiva seguida pelo Imperador-fundador no sentido de «proibir o recurso ao uso da força militar aos países ultramarinos bárbaros que não ameacem o Império, excepto aqueles que constituam perigo para a segurança da China»³ ia sendo substituída, até ao reinado de Yongle, por uma política externa de ami-

¹ Pan Qun, «A Cultura Chinesa e o Transporte Marítimo», p. 348, Editora de Arquivo Históricas de Jiangsu, 1994; «As Navegações do Almirante Zheng He», co-editado pela Comissão Comemorativa do 580.º Aniversário das Navegações do Almirante Zheng He e Associação de Estudos da História de Navegação da China, p. 2-8, 1985, Editora Popular de Transporte, Beijing.

² Pan Qun, Ob. cit., p. 229-235; «As Navegações do Almirante Zheng He», p. 9-15.

³ «Registo Real do Imperador Hongwu», Vol. 68.

zade e de abertura para com os reinos vizinhos, baseada no princípio de «tratamento de igualdade aos reinos-vassallos e países estrangeiros»⁴ e no princípio de «recompensar os tributos com valores superiores», como afirma o próprio Imperador Yongle:

*«Estamos abertos para com aqueles que venham a fim de comercializar os seus produtos indígenas, perdoando-lhes certas infracções cometidas por descuido a fim de tranquilizar outras raças»*⁵

Ainda no Reinado de Yongle, foi relançado o regime de administração de navios mercantis mercê da instalação de várias delegações dos Serviços de Administração de Navios Mercantis em Fujian, Zhejiang e Guangdong, com competências exclusivas para gerir o comércio externo.

Na altura do Imperador Yongle, em vez de aplicação duma política de controlo-conciliação passiva, no sentido de esperar os tributos voluntários estrangeiros, a Corte de Ming defendia uma política de expansão activa mandando os comissários imperiais para o ultramar a fim de fortalecer os laços existentes e aconselhar a vassalagem dos reinos contactados. As navegações do Almirante Zheng He não eram senão uma das manifestações concretas desta política. No entanto, estas viagens tinham também outros fins adicionais, ou seja, a promoção da popularidade e autoridade pessoal do Imperador Yongle, que obteve o trono através dum golpe de Estado (a chamada «Guerra de Jingnan»), e que se preocupava ainda com o reconhecimento da sua legitimidade e com a morte incerta do seu irmão, o Imperador destronado. Assim, as navegações do Almirante Zheng He assumiam uma maior importância, visto que, por um lado, podiam «manifestar a autoridade e bondade do Império» fazendo concretizar a «vassalagem dos países ultramarinos» e por outro lado, podiam investigar o paradeiro do Imperador destronado e a popularidade do seu sucessor naqueles países, para que, depois, tomassem medidas indispensáveis de prevenção contra as perturbações das forças inimigas nas costas do Sul da China.⁶

Somaram, no total, sete viagens aos mares ocidentais da China as que a frota sob o comando de Zheng He efectuou de entre 1405 (Terceiro Ano do Reinado de Yongle) e 1432 (Sexto Ano do Reinado de Xuande). As primeiras três viagens, que só chegaram até Calecut e limitavam a sua presença aos países do sudeste asiático e do Sul da Ásia, pertenciam à chamada «etapa preliminar»: Nas três viagens seguintes, da segunda etapa, conseguiram atravessar o Oceano Índico e chegaram aos países árabes e às costas orientais do Continente Africano. A última viagem, que se realizou após uma interrupção de 6 anos, já não teve o impacto suficiente e é vista como o final das navegações do Almirante Zheng He.

⁴ «Registo Real do Imperador Yongle», Vol. 127.

⁵ Idem. Vol. 12, primeira parte.

⁶ Zhang Weihua, «História de Relações Externas da China Antiga», p. 281-282.

Eram viagens de carácter pacífico, pois a frota de Zheng He apenas utilizou duas vezes, aquando da realização das primeiras viagens, a força militar de natureza defensiva na abertura das rotas marítimas ou na conciliação de litígios entre países terceiros. Do ponto de vista do poder marítimo estratégico, é de salientar a instalação em Malaca, cidade-chave na ligação entre o Mar Meridional da China e o Oceano Índico, de um armazém imperial que servia de entreposto para as viagens. O sucesso das viagens que o Almirante Zheng He efectuou seria visível: concluídas as primeiras três viagens, os reinos vizinhos da China aceitaram a vassalagem mandando missões para a China a fim de prestar tributos; as viagens seguintes, que chegaram até aos países árabes e às costas do Continente Africano, conseguiram, por sua vez, desenvolver as relações amistosas com aqueles povos. O Almirante Zheng He morreu na última viagem longe da sua terra natal.

«The Cambridge History of China — The Ming Dynasty» avalia assim as navegações de Zheng He:

«Em que medida é que foram concretizados os fins subjacentes destas navegações do Almirante Zheng He? Se o objectivo fosse encontrar o paradeiro do Imperador Jianwen (imperador destronado), seria uma ilusão, como se verificou pelo seu fracasso na concretização do dito objectivo; se o objectivo fosse divulgar a autoridade e bondade do Imperador Yongle nos países estrangeiros, mostrar a força militar da China, proporcionar aos chineses conhecimentos mais profundos sobre o Mundo e proteger os interesses dos chineses ou procurar a adesão de outras novas nações ao regime tributário, então podemos afirmar que estes objectivos foram, todos eles, concretizados, embora o Governo Ming não tivesse tirado proveito imediato suficiente. Com a bandeira içada em todo o Sueste Asiático e Oceano Indico, o Império de Ming demonstrou claramente o seu poderio político e militar. As oportunidades daí surgidas, ou seja, a realização de comércio a título tributário trouxe de todos os cantos do mundo um número sem precedentes de comerciantes e comissários estrangeiros, com os seus produtos a bordo, para a China.»⁷

Têm havido muitas divergências no círculo histórico quanto aos objectivos das navegações de Zheng He. As viagens marítimas que este navegador chinês realizou há cerca de 600 anos atrás, na opinião de muitos consagrados historiadores, tinham fins predominantemente mais políticos do que comerciais, embora promovessem objectivamente, isso sim, o comércio externo de Estado e, até, privado. «As navegações aventureiras do Almirante Zheng He, que conseguiram colocar os reinos mais importantes da Ásia Sueste na esfera de influência política da Dinastia Ming, visavam expandir, com recurso a meios pacíficos, as influências do Império Ming e monopolizar o comércio ultramarino

⁷ Frederick W. Mote and Denis Twitchett (Editors), «The Cambridge History of China — The Ming Dynasty», versão chinesa de Zhang Shu Sheng e outros. Editora de Ciências Sociais da China, 1992, p. 262.

através de medidas proibitivas de controlo privado das actividades de navegação. Para os países estrangeiros, a resposta positiva àquelas acções activas de Ming implicava não só a fuga de retaliações militares, mas também possibilidades de lucros comerciais astronómicos que pudessem resultar da implantação de relações com a China.»⁸ Na verdade, «o Almirante Zheng He não roubou nenhum centavo aos países por onde passou, não se apoderou de nenhum palmo do terreno nem mandou manter naqueles reinos qualquer presença militar chinesa, o que constituiu um grande contraste em comparação com os que fizeram os colonialistas ocidentais que vieram ao Oriente meio século depois das navegações do Almirante Zheng He.»⁹

Exactamente por não serem concebidas com objectivos comerciais, às navegações de Zheng He faltava-lhes a força original de impulsão económica: os produtos que o Almirante trocou com os países estrangeiros, a que as suas navegações tiveram acesso e que trouxeram para o Império, não passavam de produtos de passatempo e de diversão ao gosto da família imperial; a política de tributos que o Império seguiu estava baseada no princípio da generosidade, no sentido de «levar mais e trazer menos»; as despesas financeiras da Fazenda Imperial iam aumentando; a potência do Estado já mostrou sinais de decadência; a insegurança interna e externa piorou... Além de tudo isso, o que mais preocupava os governantes de Ming foi a dissolução progressiva do regime da economia natural — que pudesse surgir em qualquer momento — e a consequente crise política capaz de abalar a sua posição de dominação perante a prosperidade de uma economia de mercado resultante do desenvolvimento das actividades de navegação. Daí ser fácil compreendermos o porquê da interrupção das navegações do Almirante Zheng He, sem esquecer, ainda, as críticas já formuladas anteriormente em relação a estes feitos.¹⁰

O início e o fim das navegações do Almirante Zheng He constituíram, respectivamente, o momento mais alto e o começo da decadência da ligação externa da China Antiga, e também, o percurso da queda do Império Ming marcando o momento mais poderoso no rumo do seu declínio. Mas, não podemos esquecer nunca que estas navegações foram efectuadas muito mais cedo do que as dos europeus, e os seus contributos para a navegação, ou seja, a abertura da rota marítima que ligava a China ao Oceano Índico, ao Golfo Pérsico, ao Mar Árabe, ao Mar Vermelho e à Costa Oriental da África, não esquecendo os trabalhos

⁸ Idem, p. 229.

⁹ Zhang Weihua, Cit. ob. p. 294.

¹⁰ O Ministro Liu Daxia uma vez disse ao Imperador Xianzong que, «se bem que as navegações do Almirante Zheng He, que foram realizadas à custa de centenas de milhares de moedas de ouro e da vida de dezenas de milhares de soldados ou cidadãos, consigam trazer coisas preciosas, quais serão as vantagens para o Estado» (Yan Congjian, «Informações Completas sobre os Países Estrangeiros», Vol. 8).

realizados na eliminação de obstáculos interceptadores na ligação marítima Ocidente-Oriente e a rede de ligação marítima internacional por elas implantadas entre os dois continentes que foram, de certo modo, o guia dos Descobrimentos. «Basta-nos meditar um pouco: quais seriam as consequências caso os chineses continuassem a avançar rumo ao Cabo de Boa Esperança e ao Cabo de Aiguilles, porta do sul que liga os Oceanos Índico e Atlântico?»¹¹ Infelizmente, os governantes de Ming não o fizeram nem conseguiram fazê-lo. Com a imposição do fim das navegações da China, as capacidades de defesa costeira da China ficaram enfraquecidas e a porta do Império Ming foi encerrada ao mundo exterior, deixando o Oceano Índico e o Mar Meridional da China à mercê o controlo dos árabes e portugueses.

2. A ÉPOCA DOS DESCOBRIMENTOS

Aquando das navegações do Almirante Zheng He, «os mercadores muçulmanos árabes e indianos detinham uma vasta e complexa rede comercial no Oceano Índico, mas restringiam a sua actividade a zonas de navegação segura e lucros garantidos»¹². Com a desintegração do Império Mongol, o transporte terrestre entre os continentes da Ásia e Europa tornou-se bastante perigoso obrigando os comerciantes árabes a optarem pelo transporte, por via marítima, das especiarias até aos portos do Mar Vermelho, e depois daí, já por via terrestre, aos portos egípcios e sírios junto ao Mar Mediterrâneo para que os comerciantes de Veneza e de Génova as comprassem e distribuíssem aos consumidores europeus que ansiavam a sua aquisição. Em 1453, Constantinopla, o último vestígio do Império Bizantino, outrora poderoso, caiu nas mãos dos turcos cercado desta maneira as rotas terrestres de especiarias que ligavam os dois continentes e obrigando os europeus a procurar novas rotas de ligação ao Atlântico. Por outro lado, do desenvolvimento acelerado das economias europeias resultava uma grande procura de ouro, que para além de se utilizar na decoração das igrejas e palácios, podia utilizar-se na cunhagem de moedas para estimular a economia interna e pagar o comércio com o Oriente, o que era um poderoso incentivo para as viagens marítimas à África, a fim de encontrar mais ouro.¹³

Porém, «em 1400, os Europeus ainda tinham, como se pode ver pelos seus mapas, uma ideia vaga e muitas vezes completamente errada daquilo que ficava para além das suas próprias fronteiras.»¹⁴ Só no ano de 1406, portanto um ano depois da primeira navegação de Zheng He, é que a Europa, na altura do Renascimento, conseguiu traduzir a

¹¹ Fernand Braudel, «Civilisation Matérielle, Économie et Capitalisme, XV - XVIII Siècle», Vol. I, p. 480, versão chinesa de Gu Liang e Shi Kangqiang, Editora Sanlian, Beijing, 1992.

¹² David Arnold, «A Époça dos Descobrimentos», p. 17, Gradiva, Lisboa, 1983.

¹³ Idem, p. 19-24.

¹⁴ Idem, p. 11.

«Geografia» escrita em versão grega por Ptolomeu no Século II para o latim enquanto que as «Viagens de Marco Polo», para muitos europeus, não passavam de um mito de boas feições. De certo modo, podemos dizer que as navegações de longa distância no Atlântico não eram apenas um acto inédito, mas também aventuras da última opção.

Portugal, um reino do Sudoeste da Europa banhado pelo Oceano Atlântico, foi uma das nações europeias que cedo conseguiu definir as suas fronteiras políticas. Em 1143, Dom Afonso Henriques, já no trono de Portugal, começou a conquista às terras do Sul ocupadas pelos mouros, com a ajuda dos Cruzados, conquista esta que terminou em 1250 com a ocupação portuguesa da região do Algarve, altura em que se fixou a fronteira permanente do Reino. Depois de alguns séculos de vida política independente, a independência já tinha amassado uma comunidade nacional homogénea, mas dividida por fortes tensões sociais e economicamente deficitária. A expansão, a procura de novos recursos naturais e a estabilização da situação social tornaram-se assim prioridades imperiosas para o desenvolvimento do país. Como refere o historiador português J. H. Saraiva, «o movimento expansivo era um movimento de emigração provocado por falta de oportunidades de trabalho compensador dentro do país»,¹⁵ pois ele constituía, por um lado, uma oportunidade excelente para a resolução dos problemas do país e, por outro, correspondia aos interesses de todas as classes sociais:

«Para o povo, a expansão foi sobretudo uma forma de emigração e representava o que para ele a emigração sempre representou: a possibilidade de uma vida melhor e a libertação de um sistema de opressões e que, em relação aos 'pequenos', foi sempre pesado e do qual eles também sempre se procuraram libertar buscando novas terras (a emigração para o Sul, no Século XII, é a primeira expressão nacional do fenómeno), para clérigos e nobres, cristianização e conquista eram formas de servir Deus e servir o rei e de merecer por isso as recompensas concomitantes: comendas, tenças, capitánias, ofícios, tudo oportunidades que no estreito quadro da metrópole se tornava cada vez mais raro de conseguir. Para os mercadores era a perspectiva do bom negócio, das matérias-primas colhidas na origem e revendidas com bom lucro. Para o rei era um motivo de prestígio, uma boa forma de ocupar os nobres e sobretudo a criação de novas fontes de receita, numa época em que os rendimentos da coroa tinham descido muito.»¹⁶

Dadas as dificuldades, senão impossibilidades, de se expandir pela Europa dentro, Portugal, desde muito cedo, manifestou a sua tendência de expandir o seu comércio ao ultramar, aproveitando as suas vantagens geográficas e naturais. De facto, registou-se, ainda, por volta de 1336, uma tentativa de expansão portuguesa às Canárias. Contudo, foi a conquista em 1415 de Ceuta, cidade estrategicamente importante da

¹⁵ J. H. Saraiva, «História Concisa de Portugal», 10.^a Edição, 1986, Publicações Europa-América, p. 135.

¹⁶ Idem, p. 136.

África do Norte, é que tem sido considerada como o início formal da Expansão Portuguesa, o que, em termos cronológicos, coincidia com as navegações do Almirante Zheng He (1405-1432), podendo até mesmo afirmar que ambas estavam «na mesma linha de partida». Os Descobrimientos Portugueses, sob a coordenação e orientação directa do Infante D. Henrique e armados com conhecimentos e técnicas de navegação e de fabrico de navios da Europa, por excelência da Itália, dirigiram-se, primeiro, às Ilhas da Madeira e Açores para fins de colonização e depois, para a costa ocidental africana, abrindo desta maneira, num espaço de tempo de 80 anos de constantes esforços e sacrifícios, a rota marítima no Atlântico que ligava Marrocos ao Cabo de Boa Esperança. A passagem em 1497 pelo Cabo das Tormentas e a chegada, já por rotas marítimas abertas por asiáticos, a Calecut, na Índia, em 1502, da frota de Vasco da Gama viabilizou a vinda bem sucedida dos portugueses à China em 1512. A par dos Descobrimientos Portugueses, Cristóvão Colombo, ao serviço da Corte espanhola, descobriu em 1492 o Novo Continente.

Se bem que os portugueses, na costa ocidental africana, não pasassem de simples aventureiros, comerciantes associados aos chefes indígenas locais para o comércio de ouro, marfim e pimenta e missionários da Fé e da civilização, tornaram-se já conquistadores após a sua chegada ao Oceano Índico. O que os portugueses encontraram aqui eram muçulmanos dotados de uma rede comercial bem organizada e de uma civilização altamente desenvolvida, totalmente diferente dos indígenas da África Ocidental, o que determinava que só pelo recurso à força é que se podia entrar no mundo dominado pelos emires. «Antes de chegarem ao Oceano Índico, os combates navais eram raros e o comércio desenvolvia-se pacificamente, numa forma geral, entre as diversas comunidades raciais e religiosas». «Os conflitos no mar mostraram que os Asiáticos não aceitaram brandamente o domínio português, mas que lutaram para se lhe opor. A princípio, em desafio aberto. Mais tarde, quando se tornou evidente a superioridade dos Portugueses, procurando sobretudo fugir ao seu controlo. A superioridade marítima portuguesa tornava-se possível devido à falta de interesse dos maiores Estados asiáticos pelo poderio naval e pelo comércio marítimo.»¹⁷

Mas este poderio naval interessava a Portugal. Embora com enorme entusiasmo expansionista, Portugal, país na altura com menos de um milhão de habitantes e escassos recursos naturais, em parte nenhuma do mundo foi capaz de estabelecer um império terrestre semelhante ao dos espanhóis nas Américas. O que Portugal fez foi a ocupação de Goa da Índia em 1510 e de Malaca em 1511 para continuar a controlar a rota marítima comercial que ligava ao Oriente. «Estavam basicamente interessados em criar e manter um império marítimo lucrativo. Falavam-lhes os recursos em homens e armas, assim como motivos para tentar conquistar e manter vastos territórios. Em vez disso, os Portu-

¹⁷ David Arnold, Cit. Ob. p. 56.

gueses alcançavam os seus objectivos comerciais aproveitando-se das rivalidades entre os poderes locais para formar alianças com príncipes que estavam a comerciar com eles ou a lutar ao seu lado.»¹⁸

Os actos de recurso ao uso das armas dos portugueses no Oceano Índico ficavam a dever-se em parte ao espírito intolerante dos Cruzados na altura da Reconquista que os portugueses aprenderam e transportaram para o Oriente. O expansionismo dos europeus, para além da sua vertente comercial, compreendia também outra vertente, a religiosa: conquistar os infiéis, converter os pagãos e divulgar a Fé Cristã. Tanto o anseio pelo ouro e o entusiasmo religioso, como a procura de aventuras e da satisfação de curiosidades, eram elementos ausentes nas navegações do Almirante Zheng He, o que determinou o desencontro dos chineses e portugueses no Oceano Índico. Se bem que as navegações de longa distância da China e da Europa estivessem no Século XV «na mesma linha de partida», os seus destinos eram totalmente diferentes, «enquanto as navegações do Almirante Zheng He fortaleceram o poder imperial unificado e salvaguardaram o tradicional regime económico predominantemente agrícola e não comercial, as navegações de Colombo e de Vasco da Gama debilitaram o domínio feudal dos nobres e motivaram o desenvolvimento do capitalismo comercial.»¹⁹ O resultado, como bem nos elucidou a História, foi com a chegada por nova rota dos portugueses à China e a sua fixação em Macau, o início do domínio dos mares por parte dos europeus e do domínio do Ocidente sobre o Oriente.

3. OS PRIMEIROS CONTACTOS ENTRE PORTUGUESES E CHINESES

Ainda antes da instalação dos portugueses em Goa, já o Rei D. Manuel tinha mandado instruir à frota comandada por Diogo Lopes de Sequeira no sentido de recolher informações sobre os chineses e a China:

«Perguntareis pelos chineses, e de que parte vêm, e de quão longe, e de quando vêm a Malaca ou aos lugares em que tratam, e as mercadorias que trazem, e quantas naus deles vêm cada ano, e pelas feições das suas naus, e se tornam no ano em que vêm, e se têm feitores ou casas em Malaca ou em alguma outra terra, e se são mercadores ricos, e se são homens fracos ou guerreiros, e se têm armas ou artilharia, e que vestidos trazem, e se são grandes homens de corpo, e toda a outra informação deles, e se são cristãos se gentios ou se é grande terra a sua, e se têm mais do que um rei entre eles, e se vivem entre eles

¹⁸ Idem, p. 54-55.

¹⁹ Luo Rongqu, «As Grandes Navegações do Séc. XV e as Diferentes Opções do Desenvolvimento da China e Europa Ocidental», p. 30, in «Estudos Comparativos das Modernizações de Todos os Países», de Luo Rongqu, p. 3-31, Editora do Povo de Shanxi, 1992, em que o coordenador faz um excelente e completo comentário sobre o assunto.

*Mouros ou outra alguma gente que não viva na sua lei ou crença, e, se não são cristãos, em que crêem ou a quem adoram, e que costumes guardam e para que parte se estende a sua terra, e com quem confina.»*²⁰

Daqui se vê que os portugueses tinham na altura apenas uma ideia muito vaga sobre a China²¹ e nem sequer se consegue encontrar nos arquivos sinais indicativos de que as suas navegações ao Oriente, na altura, tinham pretensões claras de entrar na China, pois na verdade, era o Sudeste Asiático o principal mercado fornecedor das especiarias de avultados lucros e não a China, país que na época em causa ainda importava as ditas especiarias.²² Mas a riqueza de que dispunha a China de Marco Polo e as peças de porcelana chinesa que Vasco da Gama trouxe da Índia para o Rei, bem ao seu gosto, suscitaram grande interesse da Coroa Portuguesa em relação àquele país oriental. Porém, a nau de Lopes de Sequeira, com uma estadia curta em Malaca, não consegue, dos poucos contactos havidos com os mercadores chineses ali encontrados, recolher informações suficientes para responder às perguntas feitas pelo Rei. Esta situação só foi alterada qualitativamente com a conquista de Malaca, em 1511, por Afonso Albuquerque, altura a partir da qual foi possível o acesso directo às informações referentes à China. Assim, em 1513, Jorge Álvares, conseguiu ir até ao Tamão, ilha situada na foz do Rio das Pérolas, onde ergueu um padrão de pedra com as quinas, prática tradicional na conquista do Atlântico e Índico, para deste modo afirmar que aquela região pertencia ao rei de Portugal. Trouxe também dali, para além de informações de primeira mão sobre o Império do Meio, mercadorias chinesas de todas as espécies.

O sucesso da viagem de Jorge Álvares estimulou os portugueses e uma das expressões justificativas deste estímulo foi a navegação de Rafael Perestrello à China. Voltou a Malaca, juntamente com a sua frota bem carregada de mercadorias lucrativas, entre os meses de Agosto e Setembro de 1516, levando aos portugueses uma boa notícia — que os chineses, sendo uma raça pacífica, desejariam a paz e amizade com os portugueses²³. Quase ao mesmo tempo da chegada de Perestrello a Malaca, outra fragata portuguesa, esta sob comando de Fernão Peres de Andrade, levantou âncora rumo a Cantão. A bordo estava um boticário português, Tomé Pires, que tinha sido designado embaixador pelo Governador da Índia. Acabava de concluir a sua obra «Suma Oriental», que era a primeira obra de estudos geográficos globais da Ásia elabora-

²⁰ Texto modernizado transcrito de Carlos Pinto Santo e Orlando Neves, «De Longe à China», p. 7, ICM, 1988; Ver também Chang Tien Tse, «Sino-Portuguese Trade from 1514-1644», p. 36, versão chinesa de Yao Nan e Qian Jiang, Livraria da China (Hong Kong), 1988.

²¹ Cf. «A Visão Portuguesa sobre a China no Séc. XVI», do autor, in «Chinese History Studies», n.º 9, 1996, Academia de Ciências Sociais da China.

²² Chang Tien Tse, Ob. Cit., p. 9.

²³ Fernão Lopes de Castanheda, «História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses», Vol. IV, Cap. IV, p. 6, Coimbra, 1924-33.

da por um português com base nas informações por ele recolhidas na Índia e Malaca, onde se abordava a geografia, história, economia, comércio e costumes da vasta região entre o Mar Vermelho e o Japão. As abordagens na «Suma Oriental» relativas à China, país onde a presença de Tomé Pires ainda se desconhecia, eram apenas informações indirectas, nas quais, Tomé Pires, embora não deixasse de esconder a sua admiração por certas coisas, dedicou um parágrafo para falar da eventual conquista da China. Na sua óptica, o controlo das costas chinesas eram uma coisa relativamente fácil, — com dez naus subjugaria o Governador das Índias, que tomou Malaca, toda a China nas beiras do mar.²⁴

Nos Séc. XV e XVI, ainda distante da época da industrialização europeia e da manufacturação em série de produtos acabados para os exportar para a Ásia, «a causa económica do expansionismo europeu não era portanto a busca de mercados para os seus produtos. Em África e na Ásia, nos Séc. XV e XVI, os europeus tinham grande dificuldade em vender os tecidos e outros produtos do seu fabrico. A Europa procura no além-mar recursos e trocas comerciais que pudessem integrar no seu sistema mercantil.»²⁵ Zhang Weihua diz também que:

«Dado o agravamento das incursões de piratas japoneses nas costas chinesas, as medidas proibitivas impostas pela Dinastia Ming eram as mais rigorosas, sendo de extremo desagrado a vinda dos mercadores estrangeiros. Os portugueses, que vieram à China para fins comerciais, não tinham a ambição, pelo menos na altura, de invadir a China e nem tinham capacidades para tal feitura. Mas devido às incompatibilidades com a política então vigente na China, a vinda dos portugueses já tinha sido fadada com conflitos entre os dois países antes da sua concretização.»²⁶

Se bem que haja divergências quanto à ambição dos portugueses, é opinião comum que eles não possuíam na altura forças suficientes para conquistar a China. De facto, os portugueses no Séc. XVI ainda tinham ideias vagas sobre a China e estavam inconscientes das necessidades de transformação do seu papel de conquistador que tinha desempenhado no Índico. O Império da China que os portugueses contactaram, em vez de ser um país débil de forças desintegradas como a maioria dos países do Sul da Ásia onde os portugueses pudessem jogar com as forças locais apoiando-se umas contra outras, era um colosso politicamente homogéneo, assaz centralizado e um império, embora em caminho de decadência, muito mais poderoso em comparação com muitos países europeus. O copiar de modelos de aliança ou de conquista determinou necessariamente conflitos violentos, como se justificou com o fracasso das primeiras tentativas dos portugueses.

²⁴ Armando Cortesão, «A Suma Oriental de Tomé Pires» e o «Livro de Francisco Rodrigues», p. 364, Acta Universitatis Conimbrigensis, Coimbra, 1978.

²⁵ David Arnold, Ob. Cit., p. 27.

²⁶ Zhang Weihua, «A Commentary on the four chapters of Folangji, Spain, Holland and Italy in the history of the Ming Dynasty», p. 55, Editora Clássica de Shanghai, 1982.

A primeira visita de Fernão Peres de Andrade à China foi basicamente bem sucedida, embora com alguns incidentes originados por «desconhecimentos protocolares»²⁷ tais como «disparos de canhões», na Foz do Rio das Pérolas²⁸. Pisou terra da cidade de Cantão em Setembro de 1517, onde foi autorizado a desembarcar apenas para fins comerciais. As fontes históricas chinesas fizeram a seguinte descrição:

*«No 12.º ano do Reinado de Zhengde (1517), alguns estrangeiros de Folangji entraram sem aviso no Distrito de Dongguan. Wu Tingju, o Bu-zheng-shi (Comissário para os Assuntos de Administração) de então decretou a autorização da recepção de tributos e viabilizou a comunicação à Corte, o que constituiu uma culpa por não ter consultado as leis vigentes.»*²⁹

Os mandarins de Ming desconheciam na altura a existência de Portugal (Folangji), nem conseguiam localizá-lo em arquivos anteriores:

*«Folangji, um dos reinos vizinhos de Malaca, anexou este último no Reinado de Zhengde e expulsou o seu rei. O Império só conheceu o nome deste país no 13.º ano (1518), altura em que mandou vir o capi-tão-mor, representante em missão, para prestar os tributos e solicitar a outorga de título por este Império. O Imperador decretou pagar os seus tributos trazidos e o respectivo repatriamento.»*³⁰

Fernão Peres de Andrade voltou a Malaca de mãos cheias e a sua argúcia diplomática grangeou-lhe boa impressão dos chineses, pois ele dizia em todas as partes que, se alguém fosse prejudicado pelos portugueses ou tivesse crédito por liquidar pelos portugueses, podia vir falar com ele e seria cabalmente satisfeito³¹. Tomé Pires, porém, deteve-se em Cantão a fim de aguardar a audiência do Imperador para cumprir a sua missão. Embora «não deixasse de fazer a amizade com os grandes

²⁷ Cf. «Compêndio Ilustrado da Defesa Marítima», de Hu Zongxian, Vol. 13, em que diz que «Folangji, em vez de ser a designação do canhão, é o nome dum reino. No 12.º ano do Reinado de Zhengde e, altura em que assumia o cargo de Jian Shi de Guangdong, com responsabilidade pelos assuntos marítimos, chegaram, sem aviso prévio, dois navios de grande dimensão à porta da Pousada de Huai Yuan da cidade de Cantão informando-nos que eram do Reino Folangji, que queriam prestar os tributos e que o dono dos navios chamava-se Capitão. Eram homens de nariz erguido e olhos curvados, com cabeça embrulhada de tecidos brancos como os muçulmanos se vestiam. Informei imediatamente ao então governador, Sr. Chen Xixuan, que os mandou fazer exercícios protocolares durante três dias no Templo de Guangziao para a posterior audiência».

²⁸ Zhang Xie, «Estudos sobre os Mares do Leste e do Oeste», Vol. 5, em que diz que: «Folangji, que não tinha tido contactos nenhuns com a China, mandou navios de grande dimensão à foz de Cantão no 12.º ano do Reinado de Zhengde solicitando o pagamento de tributos. Os disparos dos seus canhões eram espantosos como os trovões».

²⁹ Gu Yanwu, «Estudos sobre as Vantagens e Desvantagens de Todos os Países do Mundo», Vol. 130.

³⁰ «Crónica de Folangji», dos «Anais de Ming».

³¹ João de Barros, «Décadas III», Liv. II, Cap. VIII, p. 222.

mandarins»³² e subornar cortesãos poderosos, só recebeu a resposta positiva da coroa de Ming em Janeiro de 1520 após uma espera que durou mais de dois anos. Chegou em Maio do mesmo ano a Nanquim onde foi autorizado a continuar a sua viagem até Pequim. Em Fevereiro do ano seguinte, quando o Imperador Zhengde regressou a Pequim, Tomé Pires fez-lhe entregar três cartas, das quais uma era do Governador de Guangdong, outra de Fernão Peres de Andrade e a última, que só poderia ser aberta e lida pessoalmente pelo Imperador, era do Rei de Portugal. Infelizmente, quando o Imperador abriu a carta régia e mandou traduzi-la, verificou as expressões e o próprio conteúdo da carta muito diferentes dos da versão chinesa da carta de Fernão Peres de Andrade, nomeadamente no que se referia à vassalagem de Portugal à China que esta última se afirmava. Apesar de tudo isso ter sido atribuído ao tradutor da carta, não se censurando excessivamente os elementos da embaixada de Tomé Pires, o Imperador jamais queria encontrar-se com a missão portuguesa, à qual impôs ordens de vigilância. Como uma desgraça nunca vem só, chegaram também à Corte de Ming notícias relativas aos portugueses, tais como a tornada de Malaca e as conseqüentes violências cometidas, entrada sem autorização prévia em Cantão, bombardas à porta da cidade, instalação de fortaleza ilegal em Tamão e recusa de pagamento de direitos por Simão de Andrade³³. Surgiram então severas críticas por parte da corte de Ming em relação ao pedido português de «prestação de tributos»:

«No 15.º ano (1520), Qiu Taolong diz ao Imperador: "Não podemos aceitar de maneira nenhuma o pedido tributário de Folangji e a concessão de títulos a seu favor, visto que se trata de um pedido baseado em lucros comerciais e formulado por um país que invadiu Mala-ca, nosso reino vassalo sob protecção imperial. Daí, convém expulsar os seus mensageiros, enunciar-lhes claramente as conseqüências da obediência e da desobediência, mandar-lhes retirar-se de Malaca sob pena de arquivar o seu pedido de tributos e comunicar, por parte deste Império, a todos os reinos vassalos no sentido de denunciar os crimes por eles cometidos e fazer a justiça ". O conselheiro imperial, He Ao, diz: "O Folangji, para além de ser muito astucioso e feroz, é também o melhor equipado, em termos militares, dos países estrangeiros. Mandou em 1518, alguns navios de grande dimensão e entraram em Cantão sem prévia autorização, atirando disparos que faziam tremer a terra. Enquanto os que ficaram na pousada movimentavam-se contra as regras de permanência, os que foram autorizados a entrar na cidade faziam perturbações. Se se lhes autorizar a liberdade de comércio, serão inevitáveis os conflitos e lutas armadas e incontroláveis as catástrofes no Sul. Os nossos antepassados determinaram prazos fixos para o comércio de tributos e regras permanentes para a defesa, como se

³² «Crónicas de Folangji», dos «Anais Ming».

³³ Cristóvão Vieira e Vasco Calvo, «Cartas dos Cativos de Cantão», p. 28-29, ICM, 1992.

justificou o número escasso de estrangeiros vindos ao nosso Império. No entanto, Wu Tingju, o encarregado dos assuntos administrativos, a pretexto da falta de tributos a pagar ao Imperador, tolerava a vinda (dos navios estrangeiros) fora dos prazos fixados disponibilizando a recepção a todo o momento das respectivas mercadorias, o que faz os navios estrangeiros encherem o porto e a capital da província cheia de estrangeiros bárbaros. A entrada bruta e inesperada dos navios de Folangji devia-se, portanto, à nossa negligência na defesa e ao conhecimento das rotas navais chinesas por parte dos estrangeiros. Tomo a liberdade de solicitar que se digne mandar expulsar os navios estrangeiros do porto e os estrangeiros de permanência ilegal, decretar a proibição do comércio privado (com os estrangeiros) e reforçar a defesa a fim de proporcionar a paz e segurança àquela cidade. " O Imperador submeteu estes requerimentos ao Ministérios de Protocolos, em que foi discutido e emitido o seguinte despacho: "Qiu Taolong foi administrador de Shunde e de que He Ao é natural, razão pela qual ambos conheciam muito bem as vantagens e desvantagens em causa. Convém aguardar a chegada do mensageiro de Malaca, a fim de condenar os crimes de invasão daquele reino pelo Folangji e de perturbação na China, para efeitos de decisão condenatória. Concordamos com as outras propostas remetidas para a consideração ". O despacho remeteu-se ao Imperador, que decretou a sua execução.»³⁴

Chegados os mensageiros de Malaca à China, «dizião os melajos que o embaixador dél-rey de Portugal que estava na terra da China que não vinha de verdade, que falsamente era vindo a terra da China pera enganar, e que andávamos a ver as terras e que logo vinhamos sobre ellas, e como na terra púnhamos huma pedra e tinhamos casa logo aviamos a terra por nossa, que assi fizéramos em Malaca e em outras partes, que éramos ladrões". O Imperador Zhengde, gravemente doente, faleceu pouco depois. «Do dia seguinte, (disseram) que nos viéssemos a Cantão com ho presente, que viria o rey novo, que erão poe elle a outra cidade, que nos mandaria o despacho a Cantão». Os elementos da embaixada de Tomé Pires foram imediatamente presos logo chegados a Cantão e ao mesmo tempo, «mandou logo o rey a Cantão que hà fortaleza que os portugueses tinhão feita que lha derribassem, e assi toda a povoação, que não queria nenhuma mercadorias com nenhuma nação, que se alguém viesse que se mandaria tornar.»³⁶

O fracasso da missão de Tomé Pires devia-se por um lado, à inflexibilidade do número de reinos com qualidade tributária determinando nas «Sacras Instruções do Imperador-Fundador» e no «Código de Intercâmbio» da Dinastia Ming e por outro lado, à ocupação de Malaca pelos portugueses, «país vassalo da China», pois a protecção dos rei-

³⁴ «Crónicas de Folangji», dos «Anais Ming».

³⁵ Cristóvão Vieira e Vasco Calvo, Ob. Cit. Sendo o autor membro da embaixada de Tomé Pires, a sua afirmação possui uma maior credibilidade.

³⁶ Idem, p. 27, 29-30.

nos vassallos ou tributários era da tradição da China Imperial. Mas a razão mais directa consistia na má conduta de Simão de Andrade, irmão do Fernão Peres de Andrade, em Tamão, visto que ele não só «construiu casas visadas a residência permanente»³⁷, como também mandou executar um marinheiro conforme os costumes portugueses, o que fez os mandarins de Cantão sentirem um desafio às suas autoridades e daí, se mudarem para deixar de apoiar a vinda comercial dos portugueses fazendo uma inversão de sentido nas relações sino-portuguesas. Se bem que os enganos tais como as bombardadas e os erros na tradução, coisas originadas pelas diferenças culturais, pudessem ainda ser recuperados, a violação das leis vigentes na China e a ofensa à soberania chinesa seriam erros imperdoáveis. «Que se tornou a causa principal de todas as desgraças que os portugueses sofreram na China durante cerca dos trinta anos seguintes.»³⁸

Logo a seguir ao fracasso da embaixada de Tomé Pires, outra frota portuguesa, desta vez sob o comando de Martim Affonso de Mello Coutinho foi enviada pelo Rei de Portugal à China pretendendo estabelecer relações comerciais. A frota chegou em 1522 às costas de Guangdong já sujeitas às medidas proibitivas de comércio mais rigorosas, onde foi, em Agosto do mesmo ano, atacada e derrotada na Baía de Xicao pelas forças armadas chinesas que tinham acabado de expulsar todos os portugueses em Tamão. Depois desta batalha, «o governo português não só abandonou o projecto de construir uma fortaleza na China como também tratou os interesses prospectivos naquele império com uma indiferença total», pois, «enquanto, de Ormuz a Malaca, as armas portuguesas ganhavam muitas batalhas, a honra e a dignidade de Portugal eram repetidamente ultrajadas, com perfeita impunidade, pelos menos poderosos chineses — porque as forças navais e militares necessárias para manter o prestígio da nação na China não podiam ser destacadas, sem sérias consequências, de um domínio permanentemente ameaçado.»³⁹ No entanto, os fabulosos lucros que pudessem resultar do comércio com a China faziam muitos comerciantes portugueses mudarem-se para as costas de Fujian e Zhejiang para aí efectuarem comércios clandestinos com particulares chineses, ou até, associarem-se aos piratas chineses e japoneses para efeitos de contrabando e assaltos, práticas correntes entre os comerciantes da época na costa chinesa. Só retornaram à Foz do Rio das Pérolas, nos meados do Séc. XVI, para procurar oportunidades de comércio e entrepostos viáveis para uma fixação permanente depois de os seus entrepostos localizados em Wuyu e Yueguang, de Fujian, e Shuangyu, de Ningpo (Liampó), terem sido

³⁷ «Crónicas de Folangji», dos «Anais Ming».

³⁸ Armando Cortesão, «Primeira Embaixada Europeia à China», p. 62, ICM, 1990.

³⁹ Montalto de Jesus, «Macau Histórico», p. 29, Livros do Oriente, Macau, 1990.

destruídos por Zhu Wan, Comandante com Jurisdição Militar sobre os Litorais de Zhejiang e Fujian.⁴⁰

4. A FIXAÇÃO EM MACAU DOS PORTUGUESES

Embora expulsos de Tamão e derrotados na Baía de Xicao — o que causaram a suspensão por parte de Portugal das suas missões oficiais para o estabelecimento de relações comerciais com a China — os portugueses nunca desistiram na procura de oportunidades de obtenção de lucros e continuavam a exercer as suas actividades, tal como os comerciantes japoneses⁴¹, na qualidade, ora de comerciantes, ora de piratas (pelo menos, assim considerados na época) nas costas do sudeste da China. A destruição de todos os entrepostos portugueses em Zhejiang e Fujian por Zhu Wan «tornou-se conhecida por toda a gente e conseguiu-se reordenar a defesa marítima», tendo os estrangeiros expulsos «escapados para o longe»⁴² e voltado às Ilhas de Shangchuan (Sanchão) e Langbaiao (Lampacau) localizadas na Foz do Rio das Pérolas. Na verdade, a experiência comercial durante cerca de 30 anos na China alterou totalmente a visão anterior dos portugueses em relação à China: enquanto Tomé Pires afirmava, antes da sua missão à China, que «com dez naus subjugaria o Governador das índias que tomou Malaca toda a China nas beiras do mar», e o Cristóvão Vieira, membro da embaixada de Tomé Pires, e Vasco Calvo, comerciante português, ambos presos no cárcere de Cantão, discutiam nas suas cartas planos de conquista à China, achando que a China, embora rica em recursos naturais, precisava de desenvolver o comércio com os portugueses e que o povo chinês, sofrendo graves opressões, desejava a revolta e a vinda dos portugueses e estes tomariam facilmente Cantão caso atacassem a China⁴³. Galiote Pereira, comerciante português sobrevivente de Fujian, no seu livro «Algumas Cousas Sabidas da China», e Gaspar da Cruz nos

⁴⁰ Existe um grande número de fontes históricas chinesas e portuguesas quanto a isso. Das fontes chinesas podem consultar: Zhu Wan, «O Sexto Relatório sobre a Vitória no Mar de Fujian», do Vol. 4 de «Miscelânea Pi Yu»; Toyohachi Fujida, «Estudos sobre a Ocupação Portuguesa de Macau», in «Estudos sobre as Comunicações no Mar Meridional da China dos Tempos Antigos», da Editora Comercial de 1936, e em «Anotações sobre as Crónicas de Quatro Países constados nos Anais Ming», de Zhang Weihua. Das fontes portuguesas, podem consultar duas obras concluídas no Séc. XVI: o «Tractado das Cousas da China e Ormuz», de Gaspar

Cruz e a «Peregrinação» de Fernão Mendes Pinto, sendo a primeira, que foi escrita na base de citações de «Algumas Cousas Sabidas da China» de Galiote Pereira, comerciante português preso por Zhu Wan, com maior credibilidade do que a segunda, cujo autor foi designado com alcunha de «mentiroso». Isto aliás foi a opinião de muitos historiadores portugueses. O «Sino-Portuguese trade from 1514-1644» de Chang Tien Tse, por sua vez, é considerado como uma obra combinada de fontes chinesas e portuguesas.

⁴¹ «The Cambridge History of China — The Ming Dynasty», p. 533.

⁴² Zhu Wan, «Miscelânea Pi Yu», Vol. 4, «O Sexto Relatório sobre a Vitória no Mar de Fujian».

⁴³ «Cartas dos Cativos de Cantão», p. 49-52.

«Tractados das Cousas da China e Ormuz», já não tinham tal ambição senão conhecimentos mais completos e correctos em relação à realidade chinesa, tais como a atitude dualista dos mandarins locais em relação à política proibitiva de comércio marítimo do governo central e à sua aplicação em situações concretas, e o reconhecimento tácito dos funcionários chineses que tinham sido corruptos para fechar os seus olhos ao comércio marítimo ilegal.⁴⁴ As opiniões expostas nestas duas obras reflectem-se, sem dúvida, na definição posterior da estratégia comercial dos portugueses em relação à China e ajudaram muito na transformação do papel de conquistador desempenhado pelos portugueses no Índico para o do comerciante no Mar Meridional da China.

Apesar da «emissão contínua de ordens proibitivas ao comércio externo, era muito difícil a sua concretização, pois estavam em jogo os interesses das próprias autoridades administrativas e militares locais.»⁴⁵ Mais ainda: «a morte de Zhu Wan relaxou a proibição ao comércio externo e fez desaparecer preocupações dos franges (Folangji), que começaram a efectuar à vontade viagens marítimas na costa chinesa»⁴⁶. O que não nos surpreende de modo nenhum que os portugueses, que na altura já conheciam profundamente a realidade chinesa, tentassem de todas as maneiras possíveis contactar com as autoridades chinesas em busca de avanços significativos. Leonel de Sousa afirmava numa carta dirigida ao Infante D. Luís, datada de 15 de Janeiro de 1556, que tinha conseguido estabelecer contactos com as autoridades chinesas após três anos de constantes trabalhos e suborno e que tinha chegado ao acordo de paz com o Aitau (encarregado dos assuntos marítimos) de Cantão, em que se previa a autorização ao comércio livre dos portugueses, que na altura «eram homens de corações sujos ... e os tinham por ladrões e alevantados que andavam, fora da obediência do seu rei», concedendo-lhes ao mesmo tempo um privilégio que se baseava no pagamento de direito apenas a 20 por cento da metade das fazendas trazidas. «Ao tampo da minha partida, me mandou dizer o Aitau que, se queríamos navegar na China, que fosse embaixador de Sua Alteza para el-rei se informar por ele de nós a que gente éramos, e a paz ficaria fixa, porque os que navegam na China, navegam com a licença de el-rei e têm portos limitados aonde hão-de ir.»⁴⁷

O capítulo XXIII dos «Tractados das Cousas da China» mencionou também o acordo de paz de Leonel de Sousa faltando, contudo, referências idênticas em outras fontes históricas. Da carta de Leonel de Sousa, pode-se entender que os portugueses já conseguiram a conciliação dos chineses podendo mesmo fazer pública e livremente trocas co-

⁴⁴ Gaspar da Cruz, «Tractado das Cousas da China e Ormuz», Cap. 23-27, Portugalense Editora, Barcelos, 1937.

⁴⁵ «The Cambridge History of China — The Ming Dynasty», p. 532.

⁴⁶ «Crónicas de Folangji» dos «Anais Ming».

⁴⁷ Carta original na Torre do Tombo, transcrita em «De Longe à China», obra citada, p. 47-55.

merciais nas ilhas de Shangchuan (Sanchão) e Langbaiao (Lampacau) localizados nas águas externas de Cantão, ou até, «dentro da cidade (de Cantão)»⁴⁸. Numa carta dirigida ao reitor da Companhia de Jesus em Goa, datada de 20 de Novembro de 1555, Fernão Mendes Pinto dizia que «hoje cheguei de Lampacau, que é o porto onde estamos, e este Macau, que é outras seis léguas mais avante, onde achei o padre mestre Belchior, que de Cantão aqui veio ter».⁴⁹ Por outras palavras, os portugueses já chegaram na altura, em situações idênticas, a Macau. O próprio Fernão Mendes Pinto escrevia ainda no Cap. 221 da sua obra «Peregrinação», editada em 1614, que:

*«Ao outro dia pela manhã nos partimos desta ilha de Sanchão, e ao sol-posto chegámos a outra ilha que está mais adiante seis léguas para o norte, chamada Lampacau, onde naquele tempo os portugueses fa-ziam sua veniaga com os chins, e aí se fez, sempre até o ano de 1557, que os mandarins de Cantão, a requerimento dos mercadores da terra, nos deram este porto de Macau, onde agora se faz, no qual, sendo antes ilha deserta, fizeram os nossos uma boa povoação de casas de três, quatro mil cruzados, e com igreja matriz em que há vigário e beneficiados, e tem capitão e ouvidor e oficiais de justiça, e tão confiados e seguros estão nela, com cuidarem que é nossa, como se ela estivera situada na mais segura parte de Portugal. Mas quererá Nosso Senhor, pela sua infinita bondade e misericórdia, que esta sua segurança seja mais certa e de mais dura do que foi a de Liampó, que foi outra povoação de portugueses, de que atrás fiz larga menção, avante destas duzentas léguas para o norte, a qual pelo desmancho de um português, em muito breve espaço de tempo foi de todo destruída e posta por terra... ».*⁵⁰

Quanto às razões da mudança dos portugueses de Lampacau para Macau, explicou-nos assim o oficial Pang Shangpeng na sua «Descrição Sucinta de Segurança Marítima de Macau» datada do 43.º ano do Reinado de Jiajing (1564):

«Nos anos anteriores, os barcos ancoravam na Ilha de Langbaiao (Lampacau), separada por uma grande distância de águas, em condições que muito dificultavam a permanência dos mercadores, razão pela qual o mandarim encarregado da defesa de Macau autorizou a cons-

⁴⁸ No Capítulo de «Feiras Marítimas» do «Um Epitome do Japão», de Zheng Shungong, afirma-se que «No 33.º ano do Reinado de Jiajing (1554), chegaram ao mar exterior de Guangdong os navios de Folangji. Zhou Luan, aliás Zhou Kegang, escondeu, perante o consentimento das pessoas de Folangji, a sua verdadeira nacionalidade fazendo informações falsas ao Aitau e pedindo o pagamento de direitos segundo regras já fixadas. O adjunto de Aitau, Wang Bo, autorizou-o. Incentivados (por alguns chineses), os comerciantes estrangeiros (portugueses), desembarcaram as suas mercadorias para pequenos barcos e transportavam-nas para as feiras da cidade de Cantão. Também tiveram oportunidade de entrar na cidade de Cantão para comercializar os seus produtos».

⁴⁹ «De Longe à China», p. 23.

⁵⁰ Fernão Mendes Pinto, «Peregrinação, Vol. II», págs. 342-343, Publicações Europa-América.

trução de barracas provisórias, que eram desmontadas quando os barcos voltavam a fazer-se ao mar. Só nos últimos anos, começaram a entrar na baía de Macau para ali construir casas, tendo erguido centenas de casas em apenas pouco mais de um ano, e hoje o número de casas construídas já ultrapassou mil. Todos os dias estão em contacto com os chineses, obtendo bons lucros, de modo que pessoas vindas de todos os lados do país acorrem a Macau, mesmo velhos e crianças. Hoje o número dos estrangeiros já ultrapassou dez mil...»⁵¹

O Vol. 69 da «Monografia Geral de Guangdong», de autoria de Guo Fei e datado do 30.º ano (1602) do Reinado de Wanli, especificou mais ainda, no seu capítulo de Macau, a data e os motivos da fixação em Macau dos portugueses:

«No 32.º ano (1553) do Reinado de Jiajing, os estrangeiros que ancoraram os seus navios em Macau pediram terras emprestadas a pretexto de ter os seus navios danificados pela tempestade e mercadorias molhadas. Subornado, o adjunto de Aitau (encarregado de assuntos marítimos), Wang Bai, acabou por autorizá-lo. De início, fizeram apenas umas dezenas de cabanas de palha, mas passados alguns tempos, construíram casas de madeira e de pedra a medida que os comerciantes que procuravam lucros fáceis transportavam para lá tijolos e outros materiais de construção, tomando forma duma povoação, que atraiu muitos navios estrangeiros aí se ancorarem a custa de outros portos, que se caíram em desuso.»

Sempre alvo da atenção dos historiadores, «a data exacta da primeira estadia dos portugueses em Macau, sem contar o tempo em que temporariamente esta localidade foi utilizada como centro de comércio, o que durou algumas semanas ou meses, é ainda assunto de grande discussão. A versão mais aceite é que os portugueses foram autorizados a estabelecer uma feitoria na Península em 1557...»⁵² Dai Yixuan, consagrado historiador chinês e especialista na História de Macau, após uma pesquisa pormenorizada às fontes chinesas e ocidentais, achava que as afirmações de 1553 e 1557 eram ambas correctas, pois «enquanto a data referenciada pelos registos locais e funcionários locais, ou seja o 32.º do Reinado de Jiajing (1553), se referia ao ano em que entraram os portugueses em Macau, a data de 1557 afirmada pelas fontes portuguesas indicava o ano em que os portugueses edificaram as suas casas de madeira e de pedra em Macau. Ambas as versões, embora com uma diferença de quatro anos, coincidiam na medida em que a primeira implicava o início da feitura e a segunda, o fim do acto, justificando assim um processo que durou quatro anos. Portanto aceitam-se ambas as versões.»⁵³

⁵¹ Yin Guangen e Zhang Rulin, «Monografia de Macau» (Ou Mun Kei Leok), de págs. 20-21, Editora do Ensino Superior de Guang Dong, 1988.

⁵² C. R. Boxer, *Seventeenth Century Macau*, p. 4, Heinemann, Hong Kong, 1984.

⁵³ Dai Yixuan, «Anotações Correctivas da Crónica de Folangji dos Anais Ming», p. 69, Editora de Ciências Sociais da China, Beijing, 1984.

As linhas gerais da fixação em Macau dos portugueses são claras: inicialmente faziam comércio em Macau, tal como nas ilhas de Shangchuan (Sanchão) e Langbaiao (Lampacau), construindo apenas casas temporárias de palha para a troca de mercadorias e mantendo ao mesmo tempo os vários locais de comércio em outras ilhas⁵⁴. Isto devia-se essencialmente ao reconhecimento tácito e à tolerância dos mandarins locais corruptos e às indiferenças das autoridades de Guangdong na aplicação das medidas proibitivas do comércio marítimo. As óptimas condições geográficas de Macau e a sua posição como um porto aberto oficialmente para o comércio⁵⁵ atraíram aí cada vez mais comerciantes estrangeiros. Se bem que a construção de casas permanentes dos portugueses e o rápido desenvolvimento das feiras em Macau acabaram por chamar a atenção das autoridades, a má conduta e as infracções cometidas pelos portugueses no passado recente⁵⁶, e os seus «inconformismos» em relação ao incumprimento da promessa de isenção de direitos pelas autoridades chinesas depois de os portugueses terem ajudado na vitória sobre os rebeldes de Zhelin tornaram-se preocupações ainda mais sérias para as autoridades de Ming. Ye Quan, um letrado chinês escreveu assim na sua «Crónica de Viagem de Lingnan», obra escrita em 1565 após uma estadia em Macau:

«Tendo em consideração que o orçamento militar de Guangdong depende dos (direitos pagos pelos) navios estrangeiros, não se vê qualquer inconveniência se os estrangeiros, sem outras ambições, apenas pretendessem fazer rentabilizar seus produtos nas feiras marítimas instaladas e através do comércio entre chineses e estrangeiros. No entanto, o que se verifica hoje em Macau é a reunião de milhares de estrangeiros, que fazem os chineses tornarem-se em criados. Os soldados imperiais acreditados em Macau e os funcionários alfandegários chineses não tinham capacidade suficiente para os controlar senão de tentar apenas tranquilizar, com promessas vagas, o ânimo dos estrangeiros para não se revoltarem. Os estrangeiros que frequentam as feiras marítimas, anteriormente realizadas nos navios durante determinado tempo de cada ano, em vez de se irem embora ao terminar as feiras, deixavam os seus navios e instalavam-se na terra em casas construídas. A astúcia dos estrangeiros, os rumores de que a todo o mo-

⁵⁴ O que pode ser confirmado pelas correspondências dos missionários activos entre Goa e o Japão, Cf. Jordão de Freitas, «Macau — Matérias para a Sua História no Séc. XVI», p. 15-18, ICM, 1988.

⁵⁵ «No 14.º ano do Reinado de Jiajing (1535), o comandante Huang Qing, subornado, pediu às autoridades superiores o despacho de mudança (do porto) para Macau, mediante o pagamento de renda no valor de 20 mil taéis de ouro» («Crónicas de Folangji», dos «Anais Ming»).

⁵⁶ Cf. a carta de Pang Shangpeng descrita na p. 21 da «Monografia de Macau», em que dizia que «a aceitação da cobrança de direitos sobre mercadorias estrangeiras, embora com benefícios à vista, corre o perigo de distúrbios no interior do continente, uma vez que serão difíceis, com a vinda de cada vez mais estrangeiros, os trabalhos de repatriamento».

mento podem ser aproveitados pelos rebeldes ou fugitivos aqui refugiados, os profundos conhecimentos sobre as vantagens e desvantagens da China bem como as facilidades de navegação até à cidade de Cantão implicam que a situação de Macau terá de ser alterada e meditada pelos políticos.

Na revolta militar do distrito de Dongguan, na última primavera, os rebeldes conseguiram chegar, pelo rio, à capital da província obrigando ao encerramento das portas da cidade em pleno dia. Os rebeldes ousavam fazer festas no Templo das Deusas. O comandante Tang Kekuan mandou os seus soldados atacar mas o que foi obtido foram fracassos contínuos. Mandou então um mensageiro aos estrangeiros de Haojingao (Macau) solicitando o seu apoio para derrotar os rebeldes com a promessa de isenção dos direitos no caso da vitória. O Xun-Fu (Delegado do Imperador no Governo da Província), no entanto, desconhecia a promessa. Ao obter a vitória sobre os rebeldes, o comandante Tang considerou-a como uma vitória de seu próprio mérito e o Aitau, desconhecendo também o conteúdo do prometido, não isentou o pagamento de direitos. Os estrangeiros, inconformados com a situação, recusavam-se a pagar, o que fez o Governo da Província proibir a exportação de cereais a Macau, fazendo o cerco à cidade. Esfomeados, os estrangeiros acabaram por pagar os direitos em causa, mas lamentavam a falta de dignidade e de palavra por parte dos chineses, desconhecendo o que tinha sido feito pelo comandante Tang. As autoridades de instância superior, por sua vez, achavam que os estrangeiros eram muito difíceis de controlar desconhecendo também a promessa feita pelo comandante Tang. Ora, os conflitos nascem sempre assim, ou seja, pela falta de comunicação entre as partes.»⁵⁷

O principal, estratégia da operação opressiva à revolta de Zhelin, Yu Dayou, dizia assim quanto ao assunto em causa: «mandei pedir auxílio aos marinheiros estrangeiros conhecidos de Macau que ajudaram com seus barcos (à opressão dos rebeldes). Foi-lhes já notificado anteriormente que não seria aceite de maneira nenhuma o pedido de título tributário mas que seriam fortemente recompensados no caso da vitória».⁵⁸ Destas palavras, podemos reparar que os portugueses, na altura, ainda não deixavam de fazer tentativas para a instalação do «comércio de tributos». Mas o interessante consiste no seguinte: Porque é que as autoridades de Guangdong continuavam a tolerar a presença portuguesa em Macau perante o inconformismo dos portugueses? O segredo talvez deva ser descodificado através da verificação das dificuldades financeiras locais. Na verdade, Yu Dayou fez a seguinte proposta ao Governador de Guangdong e Guangzi após a vitória sobre os rebeldes de Zhelin:

«O processo de enviar as forças militares do Império para controlarem os comerciantes estrangeiros, utilizando-os para atacarem os

⁵⁷ Ye Quan, «Colecção de Xian Bo», p. 44, Livraria da China, Beijing, 1987.

⁵⁸ Yu Dayou, «Obras do Pavilhão de Justiça», Vol. 15.

revoltados, depende do mérito e habilidade dos responsáveis do Império. Já não eram novidade nenhuma a construção de residências ilegais pelos comerciantes estrangeiros e a tolerância dos mandarins de Macau em relação a estes últimos. Os estrangeiros tiveram oportunidade de conhecer os nossos méritos estratégicos e didáticos e a nossa força de dissuasão na batalha de Sanmen, méritos estes que também podem servir como bons métodos no controlo de estrangeiros. Se atacássemos (os estrangeiros em Macau) com uns milhares de militares navais partindo do mar e ao mesmo tempo, com outros milhares de soldados partinda da terra, como é que eles conseguiriam resistir? As armas utilizadas pelos estrangeiros não passam de espadas brandas, que de maneira nenhuma conseguem resistir às nossas lanças e facas nos combates navais e terrestres. As armas mais poderosas que eles possuem são as espingardas e canhões, as quais, no entanto, têm pouca utilidade perante os ataques corajosos dos nossos soldados sob comandos duros. Tive a oportunidade de presenciar os combates que foram efectuados nos anos anteriores em Zhaoan e Zoumaxi, em que vários barcos estrangeiros foram aniquilados todos num só dia. Se bem que os estrangeiros fossem difíceis de controlar, como dizia muita gente, a província de Guangdong estaria, já desde os tempos antigos, numa desordem total e incontrolável e os habitantes da cidade de Cantão cedo fugiriam para fora. Convém preparar já um combate final contra os estrangeiros a fim de criar uma estabilidade duradoura para os cantoneses. Pensava que só V. Exa. terá a competência de organizar e mandar a operação em causa, à qual estou disposto a prestar as minhas modestas ajudas. Nunca poderemos ter outra oportunidade como a de hoje caso a deixemos escapar. A única desvantagem consistirá talvez nos custos e na perda de direitos a cobrar durante os anos a seguir. Espero que V. Exa. tenha isso também em consideração.»⁵⁹

Embora deixando de afirmar que a fixação em Macau não é prémio de batalha nenhum, alguns historiadores contemporâneos portugueses, insistem ainda que o apoio português em 1564 contra os rebeldes e piratas confirmou a posse de Macau pelos portugueses.⁶⁰ Na verdade, as coisas aconteceram bem ao contrário, pois o que queria Yu Dayou foi «preparar já um combate final com os estrangeiros a fim de criar uma estabilidade duradoura para os cantoneses», e que «nunca poderemos ter outra oportunidade como a de hoje caso a deixemos escapar», e o Governador de Guangdong e Guangxi, Wu Giufang, não aceitou a proposta de Yu Dayou só por motivos financeiros e de direitos comerciais. Mas, sendo assim, como é que se pode explicar a construção reforçada, por ordem deste Governador, da muralha externa da cidade de Cantão orçamentada em setenta mil taéis de prata, a título de «defender-se da ambição e intrigas de estrangeiros»⁶¹?

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ Manuel Teixeira, «Primórdios de Macau», p. 11, ICM, 1990.

⁶¹ Huo Yuxia, «Obras de Huo Mian Zhai», Vol. 22.

É de salientar aqui que na altura ainda estava vigente a política proibitiva do comércio marítimo seguida pelas autoridades centrais e que as actividades comerciais em Cantão eram muito activas, pois «Cantão, para além de ser a capital da província e metrópole de umas dezenas de distritos, era também a cidade mais rica da província e fonte de lucros da região de Guangdong e Guangxi, convertendo a zona do sul daquela cidade numa zona de ouro onde acorriam comerciantes de todos os cantos e onde se reunia toda a espécie de mercadorias.»⁶² Assim, as medidas tomadas por Wu Guifang no sentido de reforçar a defesa da cidade de Cantão eram compreensíveis na medida em que acabou de acalmar a revolta de Zhelin e os estrangeiros ainda estavam inconformados pelo incumprimento da promessa pelas autoridades chinesas. A deslocação das actividades do comércio externo para fora da cidade de Cantão, podia por um lado, manter a troca comercial entre comerciantes locais e estrangeiros e por outro, impedir o pedido de título tributário de estrangeiros ou descobrir com antecedência as suas eventuais manobras de intriga. Por esta razão, a afirmação de Fernão Mendes Pinto no sentido de que «os mandarins, a pedido dos comerciantes locais, concederam-nos o porto de Macau para aí efectuarmos o comércio» também tinha a sua razão, e Macau tornou-se rapidamente o porto exterior de Cantão e o local de comércio com estrangeiros. Chang Tien Tse afirmou também, quando fez comentários em relação à mudança dos Serviços de Administração de Navios Mercantis para Macau no 14.º ano do Reinado de Jiajing (153), que:

*«Merece especial atenção a tentativa do governo de Cantão no sentido de encontrar um novo local de comércio externo, pois ela demonstrou que os chineses começaram a ser mais prudentes e cuidadosos nos problemas relacionados com estrangeiros. O governo de Cantão achava que era bom proibir a vinda de estrangeiros àquela cidade e manter uma distância segura com os mesmos, pois Cantão, sendo uma cidade com grande densidade demográfica e localizada na zona-chave da província, qualquer distúrbio grave pode pôr em causa a vida de muitas pessoas e originar fortes consequências em toda a região do Sul da China.»*⁶³

Para as autoridades de Guangdong, o desenvolvimento do comércio externo e o melhoramento da situação financeira eram a prioridade das prioridades. «Na opinião comum dos historiadores, o fim da Dinastia Ming deveu-se essencialmente à sua falência financeira», pois com a revisão do regime fiscal, «quase todo o orçamento militar era sustentado, sem excepção, pela prata paga pelas províncias localizadas no sul do Rio Yangtsé...», «até aos fins do Séc. XVI, as províncias do Sul pagavam anualmente das suas receitas a Pequim e zonas fronteiriças

⁶² Wu Guifang, «Carta de Requerimento sobre a Construção das Muralhas Externas da Cidade de Cantão», in «Compilação de Memoriais e Outros Relatórios da Dinastia Ming», Vol. 342.

⁶³ Chang Tien Tse, Ob. Cit., p. 102.

do Norte qualquer coisa como cinco milhões de taéis de prata.»⁶⁴ Daí, não é difícil de reparar o peso da carga financeira dos governos locais do Sul da China. Destas províncias, Guangdong era uma das que via a situação financeira mais pesada e a necessidade mais imperiosa de abrir para o comércio externo, pois «as remunerações mensais dos funcionários civis e militares eram normalmente pagas em mercadorias estrangeiras»⁶⁵. Ainda no 8.º ano do Reinado de Jiajing (1529), Lin Fu, o Xun-Fu (delegado do Imperador) de Guangdong, tinha solicitado à Corte de Ming a reabertura do comércio de tributos:

«(Com a reabertura do comércio com estrangeiros), a primeira grande vantagem consiste em que a Fazenda Imperial poderá receber a sua proporção, consagrada pelas regras antigas fixas, dos direitos pagos pelos navios estrangeiros em relação às suas mercadorias que não sejam tributos; a segunda grande vantagem é que, descontada a proporção paga, a soma residual dos direitos cobrados pelas autoridades poderão sustentar o orçamento militar, pois com as contínuas operações militares de anos a fio nas províncias de Guangdong e Guangxi, a reserva financeira está já à beira de ser esgotada e as receitas dos direitos poderão fazer recuperar a reserva; a terceira vantagem consiste na rentabilização da armazenagem das mercadorias estrangeiras, pois a província de Guangxi, com total dependência da província de Guangdong, não consegue reunir fundos mesmo para as mais pequenas reconquistas, o que, no caso das operações militares, perturbará certamente a vida do povo ainda que os funcionários sacrifiquem as suas remunerações. Mas na altura em que os navios estrangeiros podiam cá vir para fazer o comércio, a armazenagem das mercadorias estrangeiras podiam rentabilizar, em cada duas semanas, dezenas de milhares de taéis de prata; a quarta vantagem consiste na concessão de oportunidades de comércio ao povo em geral, pois segundo as regras comerciais antigamente vigentes, as autoridades competentes escolhiam as melhores mercadorias pagando os respectivos valores, as mercadorias de menor qualidade eram entregues ao povo pobre para que as vendessem, conseguindo desta maneira sustentar-se. Exactamente por causa disso, Guangdong era considerada uma província rica. Se bem que o comércio com estrangeiros pudesse não só ajudar o Estado e as forças armadas, como também trazer benefícios para o governo local e o povo, os lucros provenientes do comércio com estrangeiros são lucros em benefício do povo e não à custa do povo.»⁶⁶

Embora propusesse a reabertura de comércio com estrangeiros, Lin Fu insistia que «os países não constantes nas "Sacras Instruções do Imperador-Fundador" e no "Código dos Protocolos", tais como o Fo-

⁶⁴ Huang Shouren, «Grande História da China», p. 254-255, Taipei, 1993.

⁶⁵ «Crónicas de Folangji», dos «Anais Ming».

⁶⁶ Huang Zuo, «Carta de Requerimento do Comércio Escrita em Nome do Delegado do Imperador», in «Relações das Maiores Fontes», Vol. 20.

langji, devem ser expulsos»⁶⁷. Durante os trinta anos a seguir da proposta de Lin Fu, a situação financeira de Guangdong nunca teve sinais de melhoria, mesmo depois do levantamento das ordens de proibição do comércio marítimo, o comércio externo não conseguiu sair da estagnação. Perante esta situação, os funcionários locais achavam que a conversão de Macau num local do comércio externo poderia por um lado resolver problemas urgentes de carácter financeiro e por outro lado, permitiria controlar eficazmente os estrangeiros, na sua maioria portugueses, ou até defender-se de invasões de piratas com o auxílio das forças portuguesas.

«Até aos finais do Séc. XVI, os mandarins de Cantão tinham já definido pouco a pouco, uma estratégia adaptada a duas situações concretas na política diplomática chinesa: por um lado, as necessidades do comércio marítimo lucrativo controlado e por outro lado, as necessidades de uma defesa costeira eficaz.»⁶⁸ A recusa de Wu Guifang à proposta de Yu Dayou e a ordem de construção das muralhas externas de Cantão reflectiram, em certa medida, a política acima referida. A opinião de um intelectual chinês, Hou Yuxia, que foi finalmente aceite pelas autoridades, elucidou bem os pensamentos e a política dos mandarins locais em relação a Macau :

«A presença estrangeira em Macau, para a nossa província de Guangdong, é de facto como ter bandidos residindo à porta. Se bem que os incompetentes procurem ainda a paz com o fogo posto nas lenhas armazenadas e ignorem as perturbações dos pássaros que estão voando na sala das suas casas, ou seja, procurem os ganhos comerciais passageiros e desconheçam a importância da segurança nacional, as pessoas de perspicácia já têm sérias preocupações quanto a esta situação. Mas, os estrangeiros que exercem o comércio nas ilhas não deveriam ser comparados com os malfeitores e com os rebeldes. Um soberano benevolente não se pode abster de apaziguar todos os vassalos, venham donde eles vierem. Ter-lhes cobrado (aos estrangeiros) as taxas alfandegárias e depois — especulando gratuitamente acerca das suas intenções diabólicas — ter originado discussões propositadas com vista a encontrar medidas preventivas contra eles, não me parece que seja uma atitude de gente justa. Antes de os classificar a todos como ladrões e bandidos — o que levaria à distribuição indiscriminada dos bons e dos maus, seria aconselhável uma inspecção atenta para podermos realmente ver a natureza do seu carácter, bom ou mau, submisso ou rebelde. Um homem sensato deverá ter em conta aquilo que vos estou a propor.

⁶⁷ Idem.

⁶⁸ K. C. Fok, «Hong Kong e a China Contemporânea», p. 20-21, Livraria Comercial, Hong Kong, 1992. O autor especificou detalhadamente a «Fórmula de Macau» na sua tese de doutoramento «The Macau Formula: A Study of Chinese Management of Western From Mid-sixteenth Century to the Opium War Period», University of Hawaii, 1978.

É normal que vocês perguntem: "E então (que é que devemos fazer)?" Penso que o melhor plano de acção é o de constituir formalmente uma instância governamental local capaz de, com a ajuda do respectivo aparelho burocrático, administrar a população estrangeira no território. Expulsar essa gente e proibi-la de voltar de novo seria uma atitude primária e medíocre. Uma linha de conduta ainda mais inconsciente e que os levaria muito provavelmente à revolta, seria a de impedir-lhes o acesso às provisões e, dessa forma, tentar exterminá-los. A aplicação da primeira política (a de constituição de um governo local em Macau) implicará, antes de mais, a notificação de dissuasão da segunda política (a de evacuação de estrangeiros de Macau). Para o efeito, convém avisar claramente que, dado que vocês, estrangeiros, se envolveram em comprar cavalos, agregar bandidos e manufacturar armas de fogo, aumentaram o risco e a possibilidade de ambiciosos locais incitarem a população a uma revolta subversiva, e que por essa razão, as autoridades imperiais deram ordens aos oficiais e tropas locais para que demolissem as vossas casas e vos enviassem embora de modo a evitar desastres pessoais de ambos os lados. Será também conveniente notificar a decisão acima referida por três vezes mandando ao mesmo tempo em alerta as forças militares. Caso os estrangeiros em Macau obedeçam a ordem e se retirem para outras terras, conseguiremos a concretização da segunda política impondo desta maneira uma distância com os países estrangeiros.

Caso os estrangeiros rogassem a continuação da permanência em Macau querendo registar-se como membros da comunidade local, então seria o momento ideal para informar o governo central e pedir-lhe que instalassem um governo local e respectivo aparelho burocrático capazes de regulamentar os estrangeiros de acordo com as leis chinesas vigentes. Deste modo, induzindo-os a seguirem a maneira de Xia (China) e administrando-os com o princípio da humildade e da submissão, haverá aceitação da paz sem protestos nem revoltas. É por isso mesmo que esta é a melhor das políticas.

Algumas pessoas argumentarão: se somos tão infelizes ao ponto de termos de evacuar os estrangeiros, para que a paz se mantenha imperturbável dentro das nossas fronteiras, então que bênção ainda mais generosa nos vai conceder o Céu Todo Poderoso? E porque é que consideramos esta política medíocre? Eu respondia a esta pergunta da seguinte maneira: é da responsabilidade do Filho Celeste proteger-nos contra os Estados estrangeiros existentes em todos os quadrantes da terra, mas um grande rei não pode deixar de pensar no benefício do seu povo. E a obrigação de uma hegemonia imperial obter benefícios do inimigo de forma a pacificar as suas fronteiras. Nos últimos cem anos os gastos militares das províncias de Guangdong e Guangxi fo-ram pagos pelas receitas provenientes do comércio. Esta fonte de rendimento é semelhante à de um grande distrito. Uma vez abandonado o comércio, como é que vamos ser capazes de cobrir as despesas milita-

res? Esta é a primeira desvantagem. Macau protege os mares em redor do distrito de Xiangshan de tal maneira que, ferozes piratas como Lao Wan, Zeng Yiben e He Yaba não ousam mais aparecer por estas redondezas. Como resultado disso toda a região está pacificada. Se expulsássemos os estrangeiros de Macau, Xiangshan teria de se defender por si própria. Esta é a segunda desvantagem. Daí que a constituição da cidade de Macau e a respectiva nomeação de funcionários a acreditar naquele território será certamente uma das melhores opções para a aplicação de uma política moderada.»⁶⁹

Pang Shangpeng registou também que «os conselheiros pretendiam construir, para os efeitos de vigilância e controlo, uma fortaleza na montanha situada ao norte de Haojungao (Macau) e ao sul da aldeia Yongmo, nomeando para o efeito um adjunto do administrador do distrito para aí se instalar e com ampla jurisdição no sentido de que, sem autorização, os chineses serão interditos de se deslocar a Macau e os estrangeiros interditos de passar para além daquela fortaleza». No 2.º ano do Reinado de Wanli (1574), «foi construído no Caminho de Lotus uma fortaleza com guardas imperiais»⁷⁰ gravando, posteriormente, na porta quatro caracteres chineses que significavam «respeito pelas autoridades e agradecimentos à benevolência imperial». Foi assim formado o modelo administrativo da dinastia Ming em relação a Macau que se baseava na ideia de que a «constituição da cidade de Macau e a respectiva nomeação de funcionários a instalar naquele território serão certamente uma das melhores opções para a aplicação duma política moderada». Da aplicação deste modelo tiraram muitos benefícios quer a China quer Portugal: os portugueses, conseguiram a permanência duradoura neste importante entreposto comercial que era Macau alcançando um objectivo que já vinha de longe; os chineses conseguiram, com mérito e eficácia, o controlo de um inimigo latente, a defesa das invasões de piratas com o escudo português e também os lucros obtidos do comércio. Em 1579, os portugueses residentes em Macau foram mesmo autorizados a deslocar-se a Cantão para fazer compras. Quanto aos acontecimentos deste período histórico, «The Cambridge History of China — The Ming Dynasty» explica assim:

«Durante todo o Século XVI, a abertura ou proibição do comércio externo de Cantão foi feita sob uma forma descontínua por motivos jurídicos ou de ordem social. Os mandarins locais de Guangdong definiram uma série de medidas concretas para controlar o comércio externo sob a sua jurisdição: os estrangeiros não podiam senão residir em zonas indicadas, com garantia oferecida por alguns comerciantes chineses ricos a indicar por responsáveis de uma organização do ramo; não podiam senão fazer o seu comércio apenas uma vez por ano (pos-

⁶⁹ Lu Kun, Capítulo de «Pontos Estratégicos» do «Panorama da Defesa Marítima de Guangdong», transcrito na «História Contemporânea da China», da autoria de Guo Ting, p. 127-128, Taipei, Livraria Comercial, 1966.

⁷⁰ «Monografia de Macau», p. 20-21.

teriormente foi alterado para duas vezes por ano). Os chineses impunham ainda medidas coercivas em relação àqueles estrangeiros infractores a estas regras, cortando-lhe o abastecimento de serviço e de utensílios diários.»⁷¹

Os portugueses aceitaram estas regras impostas e ampliaram o comércio luso-japonês, aproveitando a hostilidade entre chineses e japoneses, que estavam em guerra e beneficiando-se da política imposta pelas autoridades chinesas no sentido de proibir o comércio directo entre a China e o Japão. Segundo dados estatísticos, as pratas que os portugueses transportavam de Nagasaki, no Japão para Macau, no período de 1580-1599, rondava entre 400 mil a 800 mil taéis, número que foi aumentando para 58 milhões de taéis no período de 1599-1637. «Estas pratas que os portugueses transportaram do Japão para Macau foram, na sua maior parte, introduzidas na China para comprar seda e outros produtos que o mercado japonês procurava. Segundo o cálculo de alguns especialistas, o valor gasto pelos portugueses nas compras de Cantão era um milhão ou mais de um milhão de taéis. Por outro lado, dado que a maior parte dos produtos de uso diário que os portugueses de Macau consumiam provinha da China, os chineses, naturalmente, tinham muitas oportunidades de ganhar mais pratas.»⁷²

Contudo, embora a autorização à permanência dos portugueses em Macau esteja directamente ligada com os motivos de «sustentar com o comércio as despesas militares» e de servir Macau como «uma barreira natural para a defesa dos mares», a razão essencial foi a indisponibilidade das autoridades centrais de Ming no tratamento dos assuntos comerciais das costas do sudeste da China, pois a grave crise social verificada nos finais da Dinastia Ming e as guerras nas fronteiras do Império — a Revolta de Lotus Branco em Shandong, a invasão dos mongóis no noroeste da China, a guerra entre a China e a Birmânia, os conflitos entre a China e a Espanha nas Filipinas, e a guerra entre a China e o Japão na Coreia — já abalavam toda a sociedade chinesa, tal como se afirma assim em «The Cambridge History of China — The Ming Dynasty»:

«o que o Império de Ming se preocupava essencialmente era a manutenção da sua vida social agrícola intacta de comércio costeiro. Os portugueses foram autorizados a residir em Macau e a legitimidade desta colónia nunca foi posta em causa, pois em relação a ela não havia nem há falta de entendimento. Na verdade, os portugueses pagavam uma acordada renda ao Administrador do distrito de Xiangshan e os chineses, por sua vez e através do Serviço de Administração de Comércio Mercantis instalado em Macau, cobravam os direitos de impor-

⁷¹ «The Cambridge History of China — The Ming Dynasty», p. 605.

⁷² Quan Hansheng, «O Comércio Ultramarino de Macau após a Segunda Metade da Dinastia Ming», p. 161, transcrito pela obra «A História de Macau à Luz de Estudos dos Académicos Chineses e Estrangeiros», p. 148-174, Fundação Macau, 1995.

tacão e exportação e taxas de ancoragem aos portugueses aplicando-lhes um regime fiscal de privilégio. Em 1574, foi construída uma muralha na fronteira para separar a China dos estrangeiros, mas os portugueses gozavam de autonomia dentro desta colónia»⁷³.

5. CONCLUSÃO

Em resumo, as navegações chinesas e portuguesas do Século XV, apesar das suas características algo semelhantes, têm motivações bastante diferentes, pelo que as navegações chinesas pararam na costa oriental africana e os portugueses chegaram ao mar do Sul da China. Nesta conjuntura, o encontro luso-chinês, que permaneceria mais de 400 anos, fez-se em Macau.

A fixação dos portugueses em Macau deve-se, por um lado, à sua experiência de cerca de 40 anos de actividades comerciais, muitas vezes clandestinas, nas zonas costeiras do Império e à formação progressiva da sua visão correcta e realista sobre a china; por outro, à percepção por parte dos mandarins, designadamente da Província de Guangdong onde se enquadra histórica e geograficamente o território de Macau, das vantagens financeiras resultantes da abertura de Macau ao comércio externo e da importância, com a presença portuguesa, no reforço implícito da defesa marítima da Província que era constantemente perturbada pelos piratas. E esta política de gestão do comércio estrangeiro foi finalmente aceite pela corte imperial depois de ter tomado em consideração os prós e os contras, tendo até permanecido durante séculos, para o bem-estar de Macau e os interesses comuns dos chineses e portugueses envolvidos.

⁷³ «The Cambridge History of China — The Ming Dynasty», p. 604.

